

REPRODUÇÃO OU PROLONGAMENTOS CRÍTICOS?*

BERNARD LAHIRE**

RESUMO: Na França, a sociologia de Pierre Bourdieu foi quer detestada e ignorada quer venerada, duas atitudes que não condizem com uma vida científica saudável, a qual requer uma crítica argumentada e racional. Agora que Pierre Bourdieu morreu, parece urgente pensar os prolongamentos críticos de sua obra de modo a manter viva a herança científica que ele nos legou. Três continuidades são evocadas aqui: a primeira diz respeito à sua concepção do trabalho intelectual; a segunda, à sua teoria “disposicionalista” da ação (teoria do *habitus*); e a terceira, ao modo como pensava a diferenciação social (teoria dos campos).

Palavras-chave: Concepção do trabalho intelectual. *Habitus*. Campos. Prolongamentos críticos.

REPRODUCTION OR CRITICAL CONTINUATIONS?

ABSTRACT: In France, Pierre Bourdieu’s sociology has either been detested and ignored or venerated. Both attitudes are not suited to a healthy scientific life, which requires the recourse to argued and rational critic. Just as Pierre Bourdieu died, it seems urgent to think the critical continuations of his work in order to keep alive the scientific heritage he has left us. Three continuations are evoked here: the first one concerns his conception of intellectual work, the second one his dispositionalist theory of action (*habitus* theory) and the third one the way he thinks social differentiation (*field* theory).

Key words: Conception of intellectual work. *Habitus*. Fields. Critical continuations.

* Tradução de Alain François.

** Professor de Sociologia da Escola Normal Superior de Letras e Ciências Humanas de Lyon (França). *E-mail:* bernard.Lahire@univ-lyon2.fr

Apropriações múltiplas

Pierre Bourdieu faleceu e legou à comunidade científica internacional uma obra considerável. A meu ver, confrontar-se com seu pensamento não significa discutir uma teoria qualquer. De fato, ao contrário do que pode nos levar a pensar certa forma de democracia interpretativa, nem tudo se vale no universo das interpretações em ciências sociais (Lahire, 1996) e Pierre Bourdieu sempre me pareceu propor uma das mais estimulantes e complexas orientações sociológicas contemporâneas. Uma daquelas que, por importar inúmeros problemas filosóficos e trabalhá-los empiricamente, integra mais sutilezas teóricas e metodológicas na grande corrente das sociologias críticas sensíveis à análise das relações de dominação e que apregoam a ruptura com as ideologias espontâneas ou semicientíficas.

A questão, que começou a ser levantada antes mesmo do seu desaparecimento, é a do modo de apropriação dessa preciosa herança. De fato, existem duas maneiras principais de zelar pelo que ele nos deixou. A primeira consiste, no melhor dos casos, em aplicar infinitamente, em novos campos, “sua teoria” e, no pior dos casos, em contentar-se com utilizar seu léxico e sua gramática, dando(-se) a impressão de pensar ao passo que nada se fez a não ser pôr a máquina de produzir textos “à maneira de Bourdieu” para funcionar. Muitos trabalhos sociológicos já se parecem e assim se parecerão, no futuro, com essas espécies de pastiches involuntários.

A segunda maneira de herdar supõe fazer o esforço (pois é de esforço – e de risco – intelectual que se trata aqui) de continuar imaginando e criando além do que o próprio sociólogo pensou e formulou, reencontrando assim a atitude que ele soube adotar enquanto inventava, com e contra outros pesquisadores de sua geração, uma nova maneira de fazer sociologia e de pensar o mundo social.

Fazer surgir essa oposição entre repetição-reprodução-comemoração e reinvenção, veneração e crítica criadora é provavelmente próprio de toda obra importante. E, a meu ver, os pesquisadores mais fiéis ao trabalho de Pierre Bourdieu não são quem se pensa geralmente.

No campo sociológico francês, que está longe de constituir um campo cientificamente regulado (Lahire, 2001), a obra de Pierre Bourdieu costumava ser quer detestada e ignorada, quer idolatrada por discípulos sempre velozes em defender um dogma julgado atacado. Essas duas atitudes se reforçam mutuamente com o passar dos anos e impossibilitam todo verdadeiro debate científico. Os testemunhos radiofônicos,

televisivos ou escritos desde o anúncio do seu desaparecimento já prefiguram amplamente as duas principais maneiras como seu trabalho poderá ser (mal)tratado no decorrer dos próximos anos: a ignorância e o desdém de um lado, a adoração ingênua do outro. Um lado não hesita em chamá-lo de “ideólogo” e, sem a menor vergonha, joga fora o trigo científico com o joio político. Ademais, empreende também um trabalho para minorar sua obra, único meio, para alguns, de conseguir engrandecer-se. O outro lado bajula indistintamente o homem e a obra e costuma lembrar de modo ritual o fato de ele ter sido “o intelectual mais citado no mundo” (na frente de Habermas, costumam acrescentar), e que ele era generoso, direito, honesto etc. Duas atitudes que me parecem muito problemáticas.

A primeira é absurda: não passa da expressão de uma má-fé muito consternadora. Nem aqueles cuja curiosidade ou capacidade para o esforço intelectual é tão fraca que não querem sequer se dar ao trabalho de ler corretamente os escritos de Pierre Bourdieu (e mais particularmente os que são empiricamente fundados) nem aqueles que, embora os tenham lido, preferem as desqualificações fáceis e o desdém para com seu trabalho de impugnação argumentada e de contra-investigação empírica, merecem muita consideração.

Por sinal, olhando de mais perto, a rejeição em massa daquilo que se chama de modo bastante inadequado de “a sociologia de Bourdieu” seria uma espécie de suicídio coletivo. De fato, ao contrário do que uma versão simplificada e dogmatizada leva a acreditar, no fundo, “a sociologia de Bourdieu” não existe. Trata-se de uma expressão bem cômoda para fazer corresponder um *corpus* de textos que se estende sobre mais de 40 anos e um nome de autor que, supostamente, garantiria a coerência e a unidade do conjunto. No trabalho de Pierre Bourdieu (que resulta geralmente de um enorme investimento coletivo), verdadeiro tesouro sociológico comum, encontramos esquemas interpretativos múltiplos extraídos do conjunto do patrimônio internacional das obras de ciências sociais e humanas. Para pensar dado fato, dado mecanismo, dado processo, esse autor sempre recorreu a muito mais do que aos simples conceitos de campo, *habitus*, capital, dominação etc., aos quais o reduzem com demasiada freqüência. Não somente sua reflexão e seus estudos sobre os campos, os capitais (e mais particularmente sobre o capital cultural), o *habitus* e o sentido prático, os modos de dominação, a legitimidade, a violência simbólica, os fenômenos de delegação ou de representação, os ritos de instituição, a reprodução social pelo sistema escolar ou pelo mercado dos bens

simbólicos não se resumem a algumas fórmulas simplificadas (incapazes de apreender os pontos de contradição ou de ruptura que podem estar na base de novas reflexões (Lahire, 1995 e 1998), mas ainda, felizmente, seu raciocínio sociológico ultrapassa amplamente o uso dos conceitos mais recorrentes. Estamos, portanto, lidando com uma sociologia rica. Ao excomungarmos de uma vez só toda a obra, jogaríamos fora, sem perceber, esquemas interpretativos, maneiras de pensar ou hábitos intelectuais que ele extraiu, de modo diverso, de obras tão múltiplas quanto as de J. Austin, G. Bachelard, M. Bakhtine, É. Benveniste, P. Berger e T. Luckmann, G. Canguilhem, E. Cassirer, N. Chomsky, G. Duby, É. Durkheim, N. Elias, S. Freud, E. Goffman, J. Goody, E. Husserl, E. Kant, E. Kantorowicz, W. Labov, G. W. Leibniz, C. Lévi-Strauss, M. Mauss, K. Marx, M. Merleau-Ponty, F. Nietzsche, E. Panofsky, B. Pascal, J. Piaget, J.-P. Sartre, F. de Saussure, B. Spinoza, P. Veyne, M. Weber, L. Wittgenstein, T. Veblen ¹; sem mencionar grande parte de seus contemporâneos, menos famosos do que os evocados acima.

A segunda atitude, totalmente compreensível em razão da emoção, ilustra porém a relação encantada e pouco crítica que muitos colegas mantêm, já há muito tempo, para com o homem e sua obra. Ora, a crítica argumentada é imprescindível a uma vida científica saudável e normal. “Gostar” de um autor nunca deveria levar a uma identificação paralisante no plano científico.

O difícil, mas necessário, exercício da crítica

Para manter vivo um pensamento científico, é preciso aceitar submetê-lo regularmente a discussões, a uma revisão parcial. Entretanto, na França,² esse trabalho crítico é um exercício raramente empreendido na profissão de sociólogo. O fato de a realidade das práticas estar muito mais relacionada à lógica das panelinhas ou das reuniões clínicas deveria, por sinal, constituir um ponto de indignação científica compartilhado de modo unânime por todos aqueles que acreditam mais do que nunca na importância das ciências do mundo social.

Se o universo francês das ciências sociais fosse um lugar em que a Razão progredisse sob o efeito da argumentação e da contra-argumentação, cada um forçando os outros (e sendo forçado, em retorno, pelos outros) a melhorar, a progredir, então a crítica nada teria de escandaloso ou de suspeito. Se a vida científica fosse saudável, não se poderia tão facilmente reduzir a crítica ao estatuto de “golpe” (baixo)

estratégico. Embora constitua o ideal proclamado de nossos ofícios científicos, a discussão crítica, afinal, tem pouco espaço nas práticas efetivas (Lahire, 1999a, p. 5-20).

Pierre Bourdieu costumava expressar sua tristeza por ter ganho, no decorrer de sua carreira, quase unicamente “inimigos” que o “atacavam” e poucos “adversários” verdadeiros que teriam realizado o trabalho necessário para lhe opor uma “impugnação”, o que é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. Como grande parte dos pesquisadores em ciências sociais, ele se recusava a reconhecer os adversários verdadeiros (reduzindo-os a inimigos mal-intencionados) e restava surdo a toda impugnação. Cabe precisar que ele fora reforçado nessa atitude de “defesa da cidadela assediada” por várias críticas muito desalentadoras que o levaram, portanto, a pensar que os outros pesquisadores decididamente não estavam à altura. Logo, na França, a impossibilidade de um verdadeiro debate científico com Pierre Bourdieu não se deveu – é preciso prestar-lhe aqui uma homenagem, aplicando o princípio relacional próprio de toda sociologia – a sua “pessoa” pois, no fundo, não passava do sintoma de um funcionamento coletivo deficiente. O que será que podia obrigar à virtude científica um pesquisador que possuía *sua* revista,³ *sua* coleção,⁴ *seu* centro de pesquisa, que recebera a medalha de ouro do CNRS, em 1993, e que, além do mais, era o único representante de sua disciplina no *Collège de France* desde 1981? Há quem ficaria arrogante por muito menos.

Entretanto, quando a crítica é formulada a respeito de uma obra não só reconhecida cientificamente, mas também conhecida muito além dos círculos de especialistas, a tarefa complica-se ainda mais um pouco. Um modo de desqualificar o trabalho crítico consiste então em evocar o argumento clássico: alguém quer “fazer seu nome por meio de uma polêmica com um autor famoso”. E Pierre Bourdieu costumava lançar mão disso e fustigar seus “pretendentes apressados demais (...) que vêm na interpelação de concorrentes mais consagrados () um atalho rumo à visibilidade mais cômodo do que a produção de uma obra própria” (Bourdieu, 1997, p. 76). Ademais, quando se corria um sério risco de ser tachado de “deficiente visual” (no melhor dos casos?) ou de “malevolente” (no pior dos casos?) (idem, p. 16), criticar não era nada fácil.

Quem negaria ser preciso ter algum “interesse em criticar” para criticar? Adianta alguma coisa dizer de alguém que criticou “por interesse”? Já se viu – na história das ciências – alguma crítica científica dirigida a um autor que fosse formulada dentro de outras condições? E o que dizer então dos textos que não suscitam “interesse” algum nem

desencadeiam qualquer esforço crítico a seu respeito? Melhor do que entrar num comentário sem fim sobre as “motivações” que podem motivar a crítica, poderíamos esperar que os argumentos avançados sejam simplesmente entendidos e debatidos. Autor conhecido ou não, celebridade ou não, é preciso responder à repreensão do “engrandecimento de si mesmo” pela batalha com os “grandes”, o que Jacques Bouveresse afirmava com força e justeza a propósito da filosofia:

Cabe aos autores que leio, independentemente de sua celebridade e influência, fazer o necessário para me convencer, se isto os interessa, e não a mim agradá-los afetando estar convencido ou evitando espalhar que não fiquei convencido. Se o afinamento da tradição crítica não estivesse se tornando tão dramático nos meios filosóficos franceses, é óbvio que não precisaríamos lembrar esse tipo de banalidades. (Bouveresse, 1984, p. 17)

É com raciocínios do tipo “político”, que devem ser banidos do campo científico, que parte da crítica foi geralmente amordaçada. Esses raciocínios políticos adotam duas formas distintas segundo se situam no âmbito das ciências sociais *stricto sensu* ou na ordem político-ideológica em seu conjunto. No primeiro caso, é a preocupação pela relação de força entre correntes ou tradições que está implicitamente invocada. Seria estrategicamente arrazoado, escuta-se dizer ou sussurrar, criticar sua própria tradição sociológica, enquanto ela já vem sendo atacada “do exterior”? Brande-se então o espectro ameaçador das sociologias concorrentes (individualismo metodológico, teoria da ação racional, sociologia do imaginário), que poderiam sair vitoriosas dessas “brigas intestinas”. No segundo caso, ressalta-se a ordem política e social e a relação de força entre correntes e tradições ideológicas para enfatizar a inoportunidade conjuntural da crítica. Será que criticar o trabalho de Pierre Bourdieu, que ataca o “pensamento único”, não equivaleria, no fundo, a fazer o jogo de seus adversários políticos? Logo, sendo o contexto insalubre demais, deve-se optar por calar a crítica para não correr o risco de reforçar o “campo adverso”.

Esses falsos motivos para calar a crítica têm um ar de já ouvido. Calar-se em nome da “causa política” (“politicamente, ele está no rumo certo”), calar-se em nome da “razão estratégica” (“cientificamente existem coisas muito piores”), significa trancar-se na oposição entre “a linha do partido” e os “inimigos de classe”. Essa lógica social e política da oposição nós/eles, amigos/inimigos, parceiros/adversários é totalmente oposta àquela que deveria reger uma ordem especificamente científica. De fato, paradoxalmente, na ordem científica, o verdadeiro

inimigo vem sempre de dentro: o fortalecimento não discutido e não-discutível das convicções e dos modos de pensar e das maneiras de dizer e fazer é obviamente útil, temporariamente, à cooperação científica. Entretanto, a longo prazo, isso constitui um poderoso e temível obstáculo contra o avanço da reflexão. Por outro lado, pensar dessa maneira estratégico-política (Qual a urgência do esforço crítico? Quais são as frentes principais e secundárias de exercício da crítica?) repousa sobre esse postulado não discutido e fundamentalmente errado: a crítica enfraquece necessariamente seu alvo. Confunde-se então crítica e descrédito, disputa cientificamente regulada e tentativa sistemática de destruição ou de calúnia.

A regra ascética que todo investigador em ciências sociais deveria seguir imperturbavelmente é a seguinte: *a crítica científica pode e deve exercer-se se, e apenas se, houver argumentos (lógicos ou empíricos) para criticar*. Na troca regulada da crítica racional, jamais deveria haver lugar para a preocupação em não fustigar à “direita” nem ferir à “esquerda”; e todo investigador em ciências sociais deveria, no exercício de sua profissão, assumir serenamente essa *relativa irresponsabilidade política (nos dois sentidos do termo)*. Se a crítica se retiver por motivos outros do que a fraqueza da argumentação, ou se, pelo contrário, apesar da força dos argumentos, ela for sustentada por um cálculo político, pode-se dizer adeus à vida científica.

Amigo e colega de Pierre Bourdieu no *Collège de France*, comentador apaixonado e rigoroso de Ludwig Wittgenstein, o filósofo francês Jacques Bouveresse declarou, alguns anos atrás, a respeito deste filósofo: “Wittgenstein gera facilmente formas de veneração e até de idolatria. Eis uma coisa contra a qual é preciso se defender constantemente. Pode vir a ser necessário praticar uma espécie de assassinato do pai” (Bouveresse, 1998, p. 113). Nesse mesmo livro de entrevistas, ele tinha palavras a respeito do campo filosófico que poderiam perfeitamente se aplicar ao campo sociológico:

() uma das coisas que mais repreendo na comunidade filosófica, especialmente na França, é justamente ela parecer demais com uma comunidade cren-te. Há, na comunidade filosófica, demasiados reflexos e automatismos de natureza religiosa, em particular uma tendência a adorar os heróis e os santos do momento de uma maneira que significa sempre mais ou menos subtraí-los de vez à crítica real. É uma forma de piedade de que sou totalmente incapaz. Sempre pensei que havia de reinar, nesse campo, a mais perfeita democracia (quero dizer que o direito de crítica pertence a todos e o dever de aceitar a crítica se impõe a todos). (Idem, p. 83)

Agora que Pierre Bourdieu faleceu, poderíamos esperar que palavras desse tipo fossem longamente meditadas de modo que a herança que ele nos deixou possa continuar viva.

Prolongamento I: A atitude diante do trabalho intelectual

Da obra de Pierre Bourdieu pode-se ressaltar primeiro, e sobretudo, uma série de atitudes que se manifestam constantemente em seus textos. Todas elas marcam a relação com o trabalho intelectual de um homem oriundo de um meio familiar social e geograficamente dominado, mas atitudes que, longe de serem redutíveis às suas origens, poderiam constituir uma ética da profissão de sociólogo:

1) sua insistência a respeito da relação *prática* com a teoria, que o sociólogo deve manter (ele fustigava assim “*a arrogância do teórico que recusa sujar suas mãos na cozinha da empiria*” [Bourdieu, 1979, p. 596-598]),⁵ e seu apelo à mobilização das mais sofisticadas ferramentas teóricas para apreender os objetos mais *concretos* ou socialmente considerados como *menores*;

2) sua evocação permanente de uma ascese do trabalho científico, da seriedade e do rigor na construção do objeto e da pesquisa, que o levaram a aconselhar os pesquisadores a limitarem o tempo e a energia que dedicam ao *show business* para melhorarem seu “rendimento técnico” (Bourdieu, 1987, p. 41).

Não por acaso, um de seus últimos textos, publicado em janeiro de 2002, o prefácio à obra de Aaron V. Cicourel, *Le raisonnement médical* (O raciocínio médico), menciona várias vezes o ascetismo do sociólogo norte-americano e vê-se facilmente, nessa frase, por que – para além de suas divergências teóricas – Bourdieu podia reencontrar-se em Cicourel:

Todos que conhecem Aaron Cicourel concordarão em ver uma profunda afinidade entre seu estilo de vida, de um ascetismo que beira o rigorismo, com seu regime alimentar impiedoso e seu cooper cotidiano, e o estilo de sua prática científica, o de um homem íntegro, preocupado em levar seus investimentos teóricos e empíricos a cabo. (Bourdieu & Winkin, 2002, p. 12)

Relação concreta ao abstrato e utilização das abstrações para explicar as causas das dimensões mais concretas e prosaicas de nossas existências sociais, ascese científica (sempre alegre e apaixonada), antiacademismo e antiintelectualismo ante as pretensões, as arrogâncias e as mais diversas formas de mundanismos, todas disposições morais que não escapam aos leitores que, por razões similares ou parcialmente análogas, são sensíveis

a este iconoclasmo antiacadêmico baseado ao mesmo tempo na apropriação dos produtos técnicos, cognitivos... da escola e na rejeição às poses de importante e às utilizações puramente pretensiosas e ostensivas das competências escolares/culturais. Eu nunca teria desejado com tanta força fazer sociologia se, quando do meu ingresso na universidade e por algum acaso geográfico, tivesse entrado em contato com uma sociologia menos entusiástica do que essa.

Prolongamento crítico II: O *habitus*

Da contribuição teórica de Pierre Bourdieu, tão difícil de resumir, gostaria de ressaltar um aspecto que originou meus trabalhos mais recentes, ou seja, seu conceito de *habitus*. Com esta ferramenta teórica, o sociólogo pretendia apreender o social sob sua forma incorporada (o que o mundo social deixa em cada um de nós na forma de propensões a agir e reagir de certa forma, de preferências e detestações, de modos de perceber, pensar e sentir) e assim atacar as bases do mito da liberdade individual. Na longa tradição que se pode qualificar de “disposicionalista” (a que faz intervir no raciocínio sociológico as disposições sociais incorporadas, os hábitos, o *ethos*, as inclinações, os “pendores” contraídos no decorrer de experiências sociais repetidas), é, com toda evidência, do lado dos trabalhos de Pierre Bourdieu que se encontra o maior esforço de explicitação em matéria de teoria da ação. Neles encontramos especificamente as noções de interiorização ou de incorporação das estruturas objetivas, de sistema de disposições, de fórmula geradora ou de princípio gerador e unificador das práticas, de transponibilidade ou de transferibilidade das disposições.

Com uma noção como a de *habitus* (como sistema transferível de disposições socialmente constituídas), é todo o programa de uma sociologia da socialização, de uma sociologia genética das disposições (a agir, sentir, acreditar e pensar) e de suas atualizações que foi desenhado, com a ambição de ultrapassar a oposição teórica estéril (como mostrou magistralmente Norbert Elias em várias de suas obras) entre “a sociedade” e “o indivíduo”, oposição que cabe ao sociólogo explicar e não levar em conta como uma dicotomia conceitual pertinente. Assim como outros grandes sociólogos – entre os quais podemos citar Émile Durkheim, Marcel Mauss, Maurice Halbwachs, Norbert Elias e Basil Bernstein –, Pierre Bourdieu transgrediu as fronteiras que separam (tanto nas instituições como nas representações) o campo da psicologia do campo da sociologia, o mental (ou o psíquico) do social, o individual do coletivo etc.

Embora atraído por essa vontade de pensar o social como incorporado e, portanto, individualizado, parece-me que, se Pierre Bourdieu abriu vias para resolver problemas, por uma vez, ele permaneceu evocativo e abstrato demais. Ele enfrentara tantas questões e começara a melhor colocar tantos problemas que não podia mais aceitar sozinho todos os desafios científicos que vislumbrava e apontava sutilmente em suas diferentes obras. Habitados à leitura de Pierre Bourdieu, muitos sociólogos acabaram agindo como se soubessem perfeitamente o que vem a ser uma disposição ou um esquema (*schème*), um sistema de disposições ou uma fórmula geradora das práticas, como se a existência de um processo sociocognitivo tal como o de “transferibilidade” das disposições ou dos esquemas constituintes do *habitus* fosse um fato empírico claramente estabelecido. Prefiri antes fazer essas questões trabalharem dentro das pesquisas empíricas que objetivam comparar sistematicamente as disposições sociais implementadas segundo o contexto de ação (campo de práticas, esfera de atividade, microcontexto, tipo de interação) considerado. E hoje em dia, a simples utilização do singular nas expressões “fórmula geradora” ou “princípio gerador e unificador” das práticas ou das condutas (com as quais me deparei centenas de vezes no decorrer de minha formação sociológica sem nada ver nelas de censurável) parece-me resolver um problema antes mesmo de tê-lo colocado e tratado empiricamente.

Ao fixar-me como objetivo científico, por um lado, apreender o grau de homogeneidade ou de heterogeneidade das disposições portadas pelos atores individuais em função de seu percurso biográfico e de suas experiências socializantes e, por outro lado, analisar de perto a articulação das disposições e dos contextos de sua implantação/ apagamento ou, em outras palavras, examinar a questão das “disposições sob condições”, tentei fazer passar esquemas interpretativos de uma utilização semiconscente para uma utilização reflexiva e controlada, da simples evocação à verdadeira rentabilidade científica (Lahire, 1998, 1999b e 2002). O melhor meio de aproveitar uma obra científica consiste em prolongar as idéias que nela estão apenas esboçadas, em pensar que pesquisas empíricas permitiriam responder às questões que permaneceram em suspenso e, em definitivo, em sempre ultrapassar o que foi dito ou escrito.

No momento em que as ciências cognitivas dominam amplamente a cena científica francesa em matéria de estudo das representações, do conhecimento, do aprendizado e até mesmo da ação, um dos desafios centrais da sociologia é o de demonstrar o caráter profundamente social daquilo que se costuma demais descrever - na mais total ignorância da

história e da natureza social dos quadros do pensamento e da ação – como processos cognitivos gerais, universais. Lembrar que os saberes têm uma história, que as aprendizagens têm contextos, que os alunos têm múltiplas ancoragens sociais e, enfim, que as apropriações dos saberes são socialmente (no sentido mais amplo do termo) diferenciadas, esta é uma das primeiras funções da sociologia. Entretanto, mais fundamentalmente ainda, uma sociologia “disposicionalista” deveria contribuir para evidenciar que nem tudo se reduz ao “cognitivo” e que o mundo social é tanto o lugar do desconhecimento quanto do conhecimento, da relação de força quanto da relação de comunicação ou da dominação quanto da compreensão.

O desenvolvimento de uma sociologia geral da educação, da cultura e do conhecimento, que integraria de maneira não eclética muitas contribuições empíricas e elaborações teóricas da psicologia histórica (I. Meyerson) e cultural (L. S. Vygotsky, J. Bruner, S. Scribner, M. Cole), da psicologia da infância (H. Wallon) ou da antropologia cognitiva (R. de Andrade, J. Lave), é, de toda evidência, um desafio do futuro a ser aceito por uma sociologia que se interesse, na linhagem das reflexões de Pierre Bourdieu, pela formação social das disposições individuais.

Prolongamento crítico III: O campo

Os elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição do campo que se pode extrair das diferentes obras e artigos do autor sobre a questão⁶ são os seguintes:

- Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global.
- Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irreduzíveis às regras do jogo ou aos desafios dos outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro).
- Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições.
- Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.
- As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.

- O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados.
- A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- As estratégias dos agentes entendem-se se as relacionarmos com suas posições no campo.
- Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais freqüentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre “antigos” e “modernos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”
- Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.
- Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.
- A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo o *habitus* da filologia ou o *habitus* do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar n(a importância desse jogo).
- Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.
- Um campo possui uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas.

A teoria dos campos dá continuidade a uma longa tradição de reflexões sociológicas e antropológicas sobre a diferenciação histórica das atividades ou das funções sociais e sobre a divisão social do trabalho. De Spencer a Elias, passando por Marx, Durkheim e Weber, este tema nunca deixa, de fato, de aparecer nos escritos dos teóricos do mundo social. Por sinal, o próprio Pierre Bourdieu inscrevia-se explicitamente nessa longa corrente teórica (Bourdieu, 1989a, p. 376, nota 2).

Vivemos em sociedades fortemente diferenciadas, “sociedades estatais urbanizadas e diferenciadas” como escrevia Norbert Elias (1991, p. 119) e, conseqüentemente, é relevante apreender os fenômenos de diferenciação social no intuito específico de entender determinações sociais mais específicas e mais finas do que as vinculadas ao pertencimento a grupos ou classes. Mas o que vêm a ser esses contextos sociais diferenciados? Pensa-se, bastante espontaneamente, nessas esferas de atividade, universos sociais ou instituições em torno das quais a sociologia organizou grande parte de seus campos de estudo: a família, a escola, o universo profissional, a igreja, a associação, o clube desportivo, o mundo da arte, da política etc. Contudo, esses diferentes universos sociais não são eqüivalentes.

Como, por exemplo, o âmbito familiar (sob todas as suas formas observáveis) faz parte, em nossas sociedades, das matrizes socializantes mais universalmente difundidas, a igreja (agora) ou o clube desportivo constituem não apenas universos sociais freqüentados por uma fração apenas da população, mas são lugares em que alguns atores exercem sua atividade social principal (o padre, o monitor desportivo, o desportista profissional), enquanto outros apenas estão neles por um tempo limitado e a eles dedicam apenas uma pequena parte de sua energia. Alguns universos sociais são, portanto, tais que dividem os atores em “produtores”, “profissionais”, “permanentes” e em “consumidores-espectadores” ou “amadores”. Mas essa distinção não faz sentido para o que diz respeito, por exemplo, ao universo familiar: não se freqüenta o universo familiar por lazer pessoal, não se “pratica” a atividade de pai, de mãe, de cônjuge, de filho ou de filha como “amador”, como oposto a quem a praticaria na qualidade de “profissional”, nem se exhibe um “espetáculo familiar” para “espectadores”...

Considerando apenas esses exemplos, constata-se que se pode estar investido do *illusio* próprio de um universo social sem que esse universo combine o conjunto das propriedades que permitiriam defini-lo como um campo.⁷ É o caso da família, que se distingue de modo bastante nítido dos universos tais como os formados por escritores (o campo literário), filósofos (o campo filosófico) ou homens políticos (o campo político). Inversamente, é possível viver num universo sem ser totalmente possuído por ele, pelo *illusio* específico desse universo, isto é, sem entrar em concorrência, sem desenvolver estratégias de conquista do capital específico desse universo. De fato, pode-se participar de um universo como praticante amador (em oposição a praticante profissional), simples consumidor (em oposição a produtor) ou ainda na qualidade

de simples participante na organização material desse universo, sem participar diretamente do jogo que nele se joga. Por exemplo, um indivíduo pode treinar num clube de tênis uma vez por semana para relaxar, sem ser classificado e, portanto, sem estar obcecado pelos desafios de concorrência existentes entre os *jogadores de tênis* profissionais. Ele pode também ser “consumidor” de jogos de tênis sem praticar esse esporte. Finalmente, ele pode estar muito envolvido materialmente no âmbito do jogo sem que sobre ele pesem os desafios de luta e de concorrência daquele jogo, porque cuida do gramado em Wimbledon ou faz parte da equipe de limpeza dos vestiários de Roland Garros. Nesses três casos de figura, as forças que se exercem tão poderosamente sobre os *jogadores de tênis* (profissionais, atores dos espetáculos aos quais se pode assistir) não agem sobre ele.

Grande parte dos indivíduos de nossas sociedades (as classes populares que, de saída, são excluídas dos campos de poder) revela-se fora-de-campo, afundados num vasto “espaço social” cujo único eixo de estruturação é o volume e a estrutura do capital possuído (capital cultural e capital econômico). O próprio Pierre Bourdieu confessa-o indiretamente ao explicar que a compreensão da obra de um autor famoso levanta problemas particulares quando comparada à compreensão de uma entrevista com um “leigo”, e isso “mais particularmente em razão de seu autor pertencer a um campo” (Bourdieu, 1992, p. 418, nota 25). A teoria dos campos empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca para compreender os que montam esses palcos, instalam os cenários ou fabricam seus elementos, varrem o chão e os bastidores, xerocam documentos ou digitam cartas etc.

Do mesmo modo, todas as atividades em que nos inscrevemos de modo apenas temporário (a prática do futebol amador, os encontros e conversas ocasionais com amigos num bar ou na rua...) não podem ser atribuídas a campos sociais particulares, porque elas não são sistematicamente organizadas na forma de espaços de posições e de lutas entre os diferentes agentes que ocupam essas posições. A teoria dos campos mostra, portanto, pouco interesse para a vida fora-do-palco ou fora-do-campo dos agentes que lutam dentro de um campo.

Ao contrário do que as fórmulas mais gerais podem levar a acreditar, nem tudo (indivíduo, prática, instituição, situação, interação...), portanto, pode ser incluído em um campo. De fato, os campos correspondem bastante bem 1) às esferas das atividades profissionais (e/ou públicas), o que exclui as populações sem atividade profissional (e

entre elas, uma maioria de mulheres⁸); e, mais precisamente ainda, 2) às atividades profissionais e/ou públicas que comportam um mínimo (e até um máximo) de prestígio (capital simbólico) e podem, portanto, organizar-se em espaços de concorrências e de lutas para a conquista desse prestígio específico (em oposição às profissões ou atividades que não estão particularmente engajadas nas lutas dentro desses campos: pessoal administrativo de baixo escalão, pessoal de serviços, operários...).

Quer se considere o campo político (lutas entre partidos políticos, homens políticos), o campo jornalístico (lutas entre diários, jornalistas), o campo da edição (lutas entre editoras), o campo literário (lutas entre escritores), o campo teatral (lutas entre autores de peças, diretores, teatros...), o campo da alta costura (lutas entre casas de costura, grandes costureiros...), o campo filosófico (lutas entre filósofos) ou o campo das “*grandes écoles*”⁹ (lutas entre os diferentes tipos de *écoles*)..., percebe-se que estamos lidando ao mesmo tempo com atores que têm atividades profissionais prestigiosas e com a observação desses atores somente com base em suas atividades profissionais, embora eles se inscrevam em muitos outros quadros sociais, privados ou públicos, duráveis ou efêmeros.

Diante dessa dupla exclusão dos “tempos fora-de-campo” e dos “atores fora-de-campo”, é muito revelador que essa sociologia não apenas se interesse pela situação daqueles que praticamente “nasceram dentro do campo” ou “do jogo” (filho de ator que se torna ator...), mas ainda que ela generalize, algumas vezes de modo abusivo, esse modelo de situação: “O *illusio* é uma espécie de conhecimento baseado no fato de ter nascido dentro do jogo, de pertencer ao jogo pelo nascimento: dizer que conheço o jogo desse modo significa que o tenho no sangue, no corpo, que ele joga em mim sem mim; um pouco como quando meu corpo responde a um pontapé antes mesmo de eu o ter percebido enquanto tal” (Bourdieu, 1989b, p. 44). Ou ainda: “Por que é relevante pensar o campo como um lugar no qual se nasce e não como um jogo arbitrariamente instituído?” (ibid., p. 49).

Conseqüentemente, a teoria dos campos constitui uma maneira de responder a uma série de problemas científicos mas, por sua vez, pode constituir um obstáculo ao conhecimento do mundo social (sobretudo quando o campo se torna o alfa e o ômega de toda contextualização das práticas), primeiro pelo fato de ela não levar em conta as incessantes passagens, operadas pelos agentes que pertencem a um campo, entre o campo no qual eles são produtores, os campos nos quais são simples consumidores-espectadores e as múltiplas situações que não podem ser referidas a um campo, pois isso reduz o ator a seu ser-como-membro-de-

um-campo. Também pelo fato de ela não fazer caso da situação daqueles que se definem socialmente (e se constituem mentalmente) fora de toda atividade num campo determinado (o que continua sendo o caso de muitas donas de casa, sem atividade profissional nem pública). Finalmente, pelo fato de ela nos deixar particularmente sem recursos para compreender os fora-de-campo, os subalternos. Por todas essas razões, a teoria dos campos (por sinal, seria preciso sempre falar em teoria dos *campos do poder*) não pode constituir uma teoria geral e universal, mas representa (o que já é uma boa coisa) uma teoria regional do mundo social.¹⁰

Uma fidelidade crítica para sermos dignos da herança

O verdadeiro respeito científico para com uma obra (e seu autor) consiste na discussão e na avaliação rigorosas e não na repetição sem fim dos conceitos, tiques de linguagem, estilo de escrita, raciocínios preestabelecidos etc. É preciso saber acordar alguns usos adormecidos desses conceitos, é preciso ousar levantar certas questões, autorizar-se a contradizer, refutar, complementar, matizar o pensamento de um autor. Nem rejeição brutal nem repetição de epígono, mas dívidas e críticas.

Ser fiel ao modo de pensamento de Pierre Bourdieu, ao que há de mais precioso no que ele nos ensinou, significa recusar o *prêt-à-porter* conceitual que nos apresentam, hoje em dia, como “a sociologia de Pierre Bourdieu” e que não passa de uma versão hipostasiada e dogmatizada de um pensamento que mereceria muito mais ser prolongado. No seu próprio percurso intelectual, quando tinha a idade de seus mais jovens discípulos atuais, Pierre Bourdieu evitava justamente a relação mestre/discípulo e a repetição sem fim do pensamento estruturalista. Romper parcialmente com as rotinas do modo de pensamento hegemônico da época (ao passo que alguns permaneciam imobilizados nos impasses de um estruturalismo que, de tanto querer pensar tudo, nada mais pensava), desdenhar algumas fronteiras disciplinares, recusar os dogmatismos (teóricos e metodológicos), preocupar-se com a autonomia das ciências sociais..., essas são várias maneiras de ser muito mais respeitoso ao trabalho de Pierre Bourdieu do que aplicar e reaplicar incansavelmente o produto (conceitual e metodológico) coagulado de pesquisas passadas. Hoje em dia, temos de manter e utilizar de modo deliberado nosso espírito crítico no momento mesmo em que a morte parece querer agarrar e petrificar o vivo.

É verdade que, quanto mais uma obra é monumental, maior é o risco de ela ser esmagada por seu próprio peso. Entretanto, é preciso esforçar-se para manter o espírito crítico até o fim e ter a lucidez de

ajustar o esforço de trabalho em função da grandeza da tarefa. Se a grandeza de uma obra científica se mede pela sua capacidade em resistir à crítica, eu poderia dizer de Pierre Bourdieu o que Jacques Bouveresse disse de Ludwig Wittgenstein:

Ele é quase sempre um pouco mais sutil do que os outros: temos quase sempre a impressão de que ele vê algo que escapou aos outros, que ele prevê praticamente todas as ressalvas que poderiam lhe dirigir, tudo o que se poderia ser tentado de lhe objetar e que ele acaba sempre introduzindo as correções que pareciam necessárias. Continuo achando-o, a maior parte do tempo, muito superior à maioria dos outros filósofos e os que o criticam me parecem raramente estar plenamente à sua altura: eles não percebem que seriam necessários esforços muito maiores para realmente conseguir fazer reparos em tal ou tal ponto. (Bouveresse, 1998, p. 109-110)

Resta muito trabalho para os sociólogos nos anos por vir.

Recebido e aprovado em fevereiro de 2002.

Notas

1. Por ordem alfabética e sem qualquer preocupação em ser exaustivo.
2. Preciso “na França” não por pressupor que um “mundo cientificamente melhor” exista em outro lugar, mas para opinar sobre o espaço científico que melhor conheço.
3. Uma revista – *Actes de la recherche en sciences sociales* – que durou mais de 20 anos sem comitê de redação constituído e que apenas adotou um “no papel” (mas sem funcionamento real) para responder à pressão dos meios científicos.
4. Primeiro “Le sens commun”, nas Éditions de Minuit (durante aproximadamente 30 anos) e, mais recentemente, “Liber” nas Éditions du Seuil, assim como a pequena editora “Raisons d’agir”.
5. Reencontramos em Richard Hoggart, intelectual inglês oriundo da classe operária e que Bourdieu contribuiu para divulgar na França, uma mesma distância crítica em relação a certos intelectuais ingleses formados em Oxford ou Cambridge. Assim, ele faz a seguinte observação a propósito de um deles: “A mesma aparência de confiança total, o mesmo prazer em manejar uma dialética que apenas funcionava com tanta facilidade porque ignorava e eludia as complexidades culturais que não estava preparada para levar em conta” (Hoggart, 1991, p. 258). Hoggart deixa assim adivinhar que sua concepção do trabalho intelectual é mais modesta e provavelmente mais próxima das restrições do trabalho científico.
6. Particularmente em “Quelques propriétés des champs” (Bourdieu, 1980) e em “Le champ littéraire” (1991).
7. Pierre Bourdieu pôde, às vezes, ter confundido sua teoria dos campos com o esquema pascaliano do divertimento (do *illusio*), embora um esquema desses não leve necessariamente a isto. A necessidade de um mínimo de investimento em atividades sociais e de uma crença mínima na importância de tais atividades pode, de fato, encontrar-se em algumas reflexões pascalianas, tais como: “Nada há de mais insuportável para o homem do que permanecer em repouso

completo, sem paixões, sem ocupações, sem divertimento, sem aplicação, pois então ele sente seu nada, seu abandono, sua insuficiência, sua dependência, sua impotência, seu vazio”. O homem precisa “entregar-se completamente ao jogo”, escreve ainda Pascal; “Ele precisa nele se aquecer e enganar a si mesmo imaginando que ficaria feliz em ganhar o que não gostaria que lhe dessem sob condição de não jogar...” Mas esses investimentos, que o impedem de pensar na sua condição mortal, não se reduzem necessariamente aos investimentos em campos. Pascal precisa que “pequenas coisas como um bilhar e uma bola empurrada bastam para diverti-lo”.

8. Leslie McCall (1992) observa que, em Bourdieu, “a estrutura social (...) é definida pelas profissões e os capitais a elas associados” e que o *habitus* reveste uma dimensão “em grande parte pública”. Conseqüentemente, as práticas sociais das mulheres, que são mais presentes nas esferas privadas, pouco contribuem para a definição – profissional e pública – do espaço social.
9. N. do T.: Estabelecimentos de ensino superior caracterizados, em particular, pelo fato de condicionar o ingresso a uma seleção, geralmente por concurso ou diploma, pelo alto nível dos estudos e pelo número reduzido de vagas (fonte: *Larousse*, 2000).
10. Outro teórico interessado pela pluralidade dos mundos, Anselm L. Strauss, não eludiu a complexidade que todo analista há necessariamente de enfrentar em razão da variedade dos tipos de mundo em nossas formações sociais (1993, p. 212-215).

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *La Distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Minit, 1979.
- _____. *Questions de sociologie*. Paris: Minit, 1980.
- _____. *Choses dites*. Paris: Minit, 1987.
- _____. *La Noblesse d'État*. Paris: Minit, 1989a.
- _____. *Intérêt et désintéressement*, Cours du Collège de France, *Cahiers de recherche du GRS*, n 7, septembre, Lyon, 1989b.
- _____. Le champ littéraire, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n 89, septembre, 1991, p. 3-46.
- _____. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- _____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- _____. ; WINKIN, Y. “Préface”. In: CICOUREL, A.V., *Le raisonnement médical: Une approche socio-cognitive*. Paris: Seuil, 2002.
- BOUVERESSE, J. *Le philosophe chez les autophages*. Paris: Minit, 1984.
- _____. *Le philosophe et le réel*. Paris: Hachette Littératures, 1998.

- ELIAS, N. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991.
- HOGGART, R. *33 Newport street*: Autobiographie d'un intellectuel issu des classes populaires anglaises. Paris: Gallimard/Seuil, Hautes études, 1991.
- LAHIRE, B. *Tableaux de familles*: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires. Paris: Gallimard/Seuil, Hautes Études, 1995.
- _____. Risquer l'interprétation. Pertinences interprétatives et surinterprétations en sciences sociales. *Enquête. Anthropologie, Histoire, Sociologie*, n 3, 1996, p. 61-87.
- _____. *L'Homme pluriel*: Les ressorts de l'action. Paris: Nathan, Essais & Recherches, 1998.
- _____. (sous la direction de) *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*: Dettes et critiques. Paris: La Découverte, 1999a.
- _____. Esquisse du programme scientifique d'une sociologie psychologique. *Cahiers internationaux de sociologie*, volume CVI, janvier-juin, 1999b, p. 29-55.
- _____. Comment devenir docteur en sociologie sans posséder le métier de sociologue?, *Revue Européenne des Sciences Sociales*, Tome XXXIX, n 122, 2001, p. 5-29.
- _____. *Portraits sociologiques*: Dispositions et variations individuelles. Paris: Nathan, Essais & Recherches, 2002.
- MCCALL, L. Does gender fit? Bourdieu, feminism, and conception of social order. *Theory and Society*, 21 (6), 1992, p. 837-867.
- STRAUSS, A. L. *Continual permutations of action*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1993.